Contribuição para a história das pescas no Brasil

MELQUÍADES PINTO PAIVA*

No início do governo do Presidente Ernesto Geisel, mereci a honra de ser indicado por amigos, políticos e lideranças conservacionistas para ocupar o cargo de Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura.

Em decorrência desta indicação, fui chamado a Brasília para conversar com o Ministro Alysson Paulinelli, já titular do Ministério da Agricultura, quando deveria expor minhas próprias idéias a respeito das pescas brasileiras, indicando caminhos para o desenvolvimento do setor pesqueiro nacional. Fui recebido pelo Ministro, em longa audiência, no dia 27 de março de 1974, saindo com a missão de preparar documento expondo os temas por nós discutidos. No dia seguinte, encaminhei a carta abaixo transcrita, através do Secretário-Geral do Ministério.

"Brasília, 28 de março de 1974

Ao Excelentíssimo Senhor
Ministro Alysson Paulinelli
Ministério da Agricultura
NESTA

Ontem tive a honra de ser recebido por Vossa Excelência, quando trocamos idéias gerais sobre a pesca brasileira, procurando destacar os principais problemas a serem resolvidos, para que se alcance o processo de desenvolvimento desejado, neste importante setor da economia de nosso país.

---

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Hoje pretendo expor resumidamente, através desta carta, o que penso sobre o assunto, sem contar com as necessárias fontes de consulta, já que me encontro fora de Fortaleza, onde dirijo o Laboratório de Ciências do Mar [1] e o Departamento de Engenharia de Pesca, ambos pertencentes à Universidade Federal do Ceará.

O processo de desenvolvimento da pesca brasileira tem sido muito lento, não acompanhando o ritmo de progresso geral que temos a felicidade de observar em nosso país. Isto decorre da diversidade das condições naturais, tanto nas águas marinhas em frente à nossa extensa costa como nas grandes bacias fluviais que correspondem ao nosso território nacional; da deficiente estrutura da administração de nossa pesca, carente de planos objetivos de desenvolvimento e meios de execução bem organizados, para implantação e acompanhamento das metas a alcançar; da pouca agressividade do setor privado, que tem mostrado a tendência de concentrar seu interesse apenas na exploração de recursos pesqueiros com vistas ao mercado externo e em algumas áreas de pesca, sem levar em consideração as potencialidades pesqueiras de outros recursos e/ou áreas, trazendo em conseqüência a continuada redução da produtividade na exploração industrial; da precária organização econômica e social da pesca artesanal, tanto em águas costeiras como interiores, mais interessada no suprimento do mercado interno.

Até o ano de 1955, o quadro geral da pesca brasileira mostrava os seguintes aspectos principais: as pescarias marinhas eram marcadamente artesanais ao longo de toda a nossa costa, com quatro focos de incipiente atividade industrial baseados nos portos de Cabedelo, Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande, explorando baleias e o cachalote em frente ao Estado da Paraíba; a sardinha e os camarões entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo; e os peixes demersais a partir do Estado do Rio Grande do Sul em direção ao Rio da Prata. As pescarias interiores continuavam com características muito primitivas, notando-se algum progresso apenas na

[1] Atual Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará (LABOMAR).

região Nordeste, em virtude da atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, melhorando as condições de pesca nos açudes, iniciando a organização dos pescadores e orientando a comercialização regional da produção.

A partir de 1956 começaram a se desenvolver as atividades de pesca industrial no Nordeste do Brasil, com a exploração lagosteira e atuneira, aquela ainda muito pequena e quase que artesanal quanto aos barcos e métodos de captura empregados, tendo como principal base o porto de Fortaleza; esta industrialmente bem organizada, praticada por barcos japoneses e desvinculada dos interesses nacionais, com base no porto do Recife, tendo curta duração em conseqüência dos problemas criados quanto à nacionalização da frota em operação, que caracterizaria como nacional a produção desembarcada.

No final da década em referência, com a instalação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, tiveram lugar as primeiras tentativas de planejamento e de execução de política de desenvolvimento pesqueiro regional, que contribuiu em grande parte para o nascimento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, no âmbito do Ministério da Agricultura, ocorrida em 1961, com a simultânea extinção das antigas Divisão de Caça e Pesca e Caixa de Crédito da Pesca.

O panorama da pesca brasileira pouco se modificou nos anos subseqüentes. Apenas com respeito à região Nordeste, cresceu a importância da exploração lagosteira, tanto em volume de capturas como em organização industrial, e se iniciou a pesca também industrial do pargo, havendo concentração de desembarques de lagostas no porto de Fortaleza e de pargo no do Recife; por outro lado, cessou a exploração atuneira, com a retirada da frota japonesa, sem que empresas nacionais passassem a ocupar o lugar deixado vago, em tão auspiciosa e importante atividade.

A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca decorreu da necessidade premente de organizar a pesca brasileira para o desenvolvimento desejado pelo nosso povo, através da definição de uma política de pesca suportada por planos de desenvolvimento reajustáveis às condições que fossem surgindo, sem perder

de vista os diferentes aspectos naturais e econômicos das regiões brasileiras. Para isto, seria necessário diagnosticar a situação então existente, para a definição dos objetivos políticos a alcançar em curto, médio e longo prazos; a adoção de um plano nacional para o desenvolvimento da pesca, caracterizando a política a ser seguida e os objetivos a atingir; a reformulação da velha legislação de pesca, para que o uso de modernos instrumentos legais pudessem ser postos à disposição do planejamento voltado para o desenvolvimento da pesca; e, finalmente, a adequação técnica e administrativa necessária à execução das atribuições decorrentes deste mesmo processo de desenvolvimento planejado.

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, oriunda da fusão de envelhecidos órgãos – Divisão de Caça e Pesca (parte referente à pesca) e Caixa de Crédito da Pesca –, não se estruturou técnica e administrativamente para a execução das suas atribuições legais, por razões as mais diversas. Seu pessoal inicial não possuía as necessárias condições para as novas tarefas, e não houve uma evidente preocupação para a formação de novos quadros técnicos e administrativos. Os baixos salários pagos, a ausência de estímulo no campo do treinamento profissional não atraíram pessoal qualificado e não possibilitaram a formação de jovens técnicos e administradores, situação esta que ainda persiste. O desenvolvimento técnico observado nos nossos dias decorre, preponderantemente, da atuação de universidades e governos estaduais, e pouco se conseguiu com a onerosa assistência de técnicos internacionais, quase sempre vinculados à Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas.

Em conseqüência, o diagnóstico da situação então existente e as diversas tentativas de planejamento foram resultantes de trabalho marcadamente individual e não de equipe, sem o respaldo de uma moderna estrutura técnica e administrativa.

A reformulação da velha legislação de pesca foi iniciada no governo do Presidente Castelo Branco, com a adoção de um novo Código de Pesca e instrumentos legais complementares, resultando uma política de incentivos fiscais, quer pela isenção de impostos como pela inversão de capitais oriundos da poupança do povo e da aplicação de parcelas do Imposto de Renda.

Com a política dos incentivos fiscais e a moderna legislação de pesca, o setor privado foi realmente despertado para as atividades da pesca industrial brasileira. Houve mesmo um curto período de euforia nacional com respeito à pesca. No entanto, a constante deficiência técnica e administrativa da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e a falta de coordenação entre esta e os organismos regionais e/ou bancos de desenvolvimento, comprometeram seriamente o sucesso da nova política de incentivos fiscais.

As existentes pescarias industriais foram revigoradas e passaram a se desenvolver rapidamente, sem o suporte de razoáveis conhecimentos científicos ou mesmo sem muita atenção aos poucos disponíveis. Abriu-se uma nova fronteira na economia brasileira, sem a evidente preocupação com o desenvolvimento harmônico e integrado da pesca; sem o levantamento das potencialidades pesqueiras dos diversos recursos e regiões geográficas; sem um programa intenso de preparação da mão-de-obra exigida pelas novas atividades em expansão; sem maiores preocupações com a aprovação, implantação e acompanhamento dos projetos de pesca, não tendo havido uma rigorosa seleção no tocante a objetivos, áreas geográficas e capacitação empresarial; sem a organização do mercado interno, carente de pescado barato e saudável, pondo-se de lado o interesse pelo abastecimento da crescente população brasileira.

Num enfoque mais detalhado, passarei a uma sumária apreciação dos resultados alcançados:

1. ocrescimento da produção brasileira de pescado não vem atingindo índices satisfatórios, em comparação com aqueles obtidos em outros setores da economia nacional, e compatíveis com o volume de inversões públicas e privadas;

2. deu-se demasiada atenção à pesca industrial, sem maiores preocupações com a pesca artesanal em águas costeiras e interiores, que continuam sem a assistência necessária;

3. na sua quase totalidade, a pesca industrial está voltada para o mercado externo, não auxiliando significativamente o abastecimento de pescado para a população brasileira;

4. a pesca artesanal marinha vem tendo apenas um crescimento vegetativo, sem assistência no tocante à organização dos pescadores, melhoria do nível profissional e da comercialização da produção;

5. a pesca interior continua também sem a imprescindível assistência, com produção baixa quando não decrescente em volume físico das capturas, sendo necessário destacar a importância do trabalho desenvolvido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas nos açudes nordestinos e de órgãos federais e/ou do Estado de Minas Gerais, nas represas existentes no vale do Rio São Francisco;

6. na região Norte teve início a exploração industrial de camarões e da piramutaba, embora sem a agressividade desejada, decorrente da abundância dos recursos e da premente necessidade ocupar, com frota nacional, a grande área camaroneira em frente ao Território do Amapá e Estado do Pará;

7. na região nordeste a exploração lagosteira já atingiu o máximo possível de captura, com uma frota superdimensionada, do que resulta baixa produtividade das pescarias e grandes problemas de natureza econômica; a pesca industrial do pargo vem se desenvolvendo normalmente, não se defrontando com os problemas já mencionados para a pesca das lagostas; a exploração de baleeira não tem e não pode se desenvolver além dos níveis atuais de capturas, sendo uma atividade a que se dedica apenas uma empresa;

8. na grande região Centro-sul, a pesca da sardinha vem tendo um desenvolvimento organizado, embora sem maiores incrementos nas capturas, com importantes empresas atuando nos Estados do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo e Santa Catarina; a pesca de camarões parece que já atingiu o máximo possível de captura, com uma frota superdimensionada (principalmente, no Estado de Santa Catarina), do que resulta também a baixa produtividade das pescarias e grandes problemas de natureza econômica; a pesca de peixes demersais está seriamente comprometida no tocante ao seu desenvolvimento, com reflexos mais graves no Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência da impossibilidade de ope-

ração da frota existente em tradicionais áreas de pesca em frente ao Uruguai e Argentina, hoje reservadas a barcos destes países, e porque não tem capacidade de explorar áreas mais distantes e/ou afastadas da costa, além dos limites de águas territoriais destes mesmos países;

9 . outras iniciativas industriais de pesca ainda não merecem o destaque necessário, sendo apenas digna de menção a nossa quase nula participação na exploração atuneira do Oceano Atlântico.

No âmbito internacional, três problemas ligados ao setor de pesca necessitam da urgente atenção do governo brasileiro: a exploração camaroneira na região Norte deve ser intensivamente incentivada, sem perder de vista a potencialidade já estimada de produção, quer através de empresas brasileiras ou empreendimentos conjuntos destas com empresas estrangeiras, para que se torne possível a redução da faixa de concessões de licenças de pesca a barcos estrangeiros, feitas através dos acordos de pesca; deve-se procurar, por outro lado, a celebração de acordos de pesca com o Uruguai e Argentina, para expandir a nossa pesca de peixes demersais e garantir a continuidade e desenvolvimento do complexo industrial de pesca já implantado em Rio Grande; a exploração atuneira na parte ocidental do Atlântico Tropical e/ou Sul deve ser imediatamente implantada, através de empreendimentos conjuntos de empresas brasileiras e estrangeiras.

O desenvolvimento da pesca brasileira estará irremediavelmente comprometido se não ocorrer a vitalização da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, e a montagem de um sistema de administração coordenada do Ministério da Agricultura com outros ministérios e governos estaduais. Entre estes outros ministérios, merecem destaque o da Marinha, o do Interior, o da Educação e Cultura, o do Trabalho e Previdência Social, e o da Fazenda.

Senhor Ministro: ao encerrar esta já longa carta peço permissão a Vossa Excelência para dizer que os pensamentos acima emitidos apenas foram subordinados à minha dupla condição de brasileiro e de técnico, sem interesses outros que não o de contribuir modestamente para o desenvolvimento da pesca em meu país. Espero ter

dado alguma ajuda, para que a passagem de Vossa Excelência pelo Ministério da Agricultura se constitua um marco para a história da pesca brasileira, pela justa atuação em prol do progresso deste importante setor da economia nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Melquíades Pinto Paiva"

Passados alguns dias, soube da nomeação de um veterinário goiano, sem anterior vinculação com o setor pesqueiro, para o cargo mencionado, por exclusiva reivindicação política.

Muitas das afirmações contidas na carta têm valor histórico; outras permanecem bem atuais, merecendo a atenção dos brasileiros; algumas previsões se confirmaram com o correr do tempo. Agora, a produção nacional de pescado se encontra estabilizada ou mesmo em declínio.

Em decorrência da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, foi extinta a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. O patrimônio, os recursos orçamentários, extra-orçamentários e financeiros, a competência, as atribuições, o pessoal (inclusive inativos e pensionistas), os cargos, funções e empregos foram transferidos para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Numa visão global e sucinta, três aspectos se destacam na avaliação da atual administração pesqueira nacional:

– conflito de competências legais, principalmente após o retorno do Ministério da Agricultura a ter ingerência no setor pesqueiro nacional;

– crônico e criminoso abandono das pescas artesanais, envolvendo grande contingente de pescadores e responsáveis pela maior parte do abastecimento de pescado do mercado interno;

– grande maioria dos estoques explotados pelas pescas industriais, ao longo/largo da costa do Brasil, em situações de sobrepesca – ver PAIVA (1997: 249).

Infelizmente, seriedade, operosidade e competência são coisas de pouca valia, em muitas das esferas governamentais do Brasil!

Referência bibliográfica

PAIVA, M. P. Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 286 p., 32 figs. 1997.